



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 244/2022

Processo Licitatório nº: 22.624/2022

Processo de Recurso nº: 4.259/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 244/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual, Aquisição, sob demanda, de SANEANTES E DOMISSANITÁRIOS para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses

RECORRENTE: LUCIANE CORRÊA MENDES

RECORRIDO: PREGOEIRO

01. Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, LUCIANE CORRÊA MENDES, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 244/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

03. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso,



Comissão de Pregão II

reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

04. Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 225/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

05. Às 10:00 horas do dia 19 de janeiro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 18.621/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00225/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual, Aquisição, sob demanda, de **SANEANTES E DOMISSANITÁRIOS** para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

06. ÀS 11:41:36 do dia às 01/02/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta do Edital do Pregão Eletrônico nº 244/2022;

07. Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

08. A empresa: LUCIANE CORRÊA MENDES apresentou o recurso para os itens 7 e 8 em 06/02/2023;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

09. Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A impugnante sucintamente alega, que **"considerando-se o valor máximo estimado pela Administração, conforme previsão do Edital em comento, vislumbra-se que a proposta vencedora não pode ser considerada exequível, uma vez que destoa completamente dos preços médios praticados no mercado."**

b) Afirma ainda que, **"...No caso em tela, não é razoável a aprovação de proposta no valor de R\$ 6,98 (SEIS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), haja**



Comissão de Pregão II

vista, que o órgão licitante apresentou uma estimativa de R\$ 46,33 (quarenta e seis reais e trinta e três centavos) para o preço do galão de 05 litros. In casu, observa-se uma flagrante disparidade do valor apurado pela Administração, como média aceitável de mercado, e o valor final da proposta vencedora que está 71% abaixo do valor de referência apresentado pelo órgão licitante..”

c) Aduz que, “Assim sendo, em uma análise superficial pode-se afirmar que a licitante vencedora e, bem assim, a Comissão de Licitação não compreenderam o esforço a ser empreendido no trabalho de todos os licitantes no certame em comento.”

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

10. Requer a RECORRENTE:

a) “seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que seja declarada INABILITADA a empresa JOSIANE POCIDONIO PEREIRA LTDA para os itens 07 e 08 , com a posterior volta de fase para aceitação das propostas de preço do Pregão Eletrônico 244/2022, tendo em vista o reconhecimento da proposta como INEXEQUIVEL ”

b) “Que sejam convocadas as empresas participantes do certame, obedecendo-se a ordem de classificação, até que sejam atendidas todas as exigências editalícias, especialmente as condições de habilitação e exequibilidade de preços.”

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

11. Preliminarmente, não houve manifestação em sede de contrarrazão. Contudo, a empresa **JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP** foi instada a se manifestar, por e-mail, conforme consta dos autos, e apresentou sua defesa.

12. A empresa **JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP** alega que “No caso em tela, os itens cotados pela empresa vencedora têm total capacidade de alcançar os objetivos buscados pela sua aquisição. O fato de terem valor abaixo do usual de mercado deveria ser comemorado, e não impugnado”.

13. Argumenta que “No momento do pregão, com todos os concorrentes presentes, foi estimado um preço, ou seja, o valor médio dos orçamentos previamente obtidos. A proposta apresentada pela licitante recorrida é mais baixa que o valor previsto pela administração, não conseguimos enxergar nisso o mesmo problema enxergado pela recorrente. Ainda que o recurso interposto pela empresa “LUCIANE CORRÊA MENDES” seja conhecido, não



Comissão de Pregão II

merece ser acolhido, vez que seu argumento, além de vago e sem base em fatos reais, prejudicaria economicamente à administração caso fosse aceito. Acolher ao recurso interposto pela licitante recorrente faria com que o princípio da economicidade fosse lesado”.

14. Ressalta que “ A qualidade do produto é facilmente comprovável pelas informações disponíveis no site, portanto, fica possível perceber que em momento algum houve a oferta de itens em desacordo com o Objeto Convocatório, o que, por si só, tira a validade dos argumentos utilizados pela recorrente. A empresa trabalha com a distribuição desse item há anos, não havendo qualquer reclamação nas prefeituras nas quais realiza sua entrega.”

15. Solicita que “ Seja acolhido o pedido de não ser provido o recurso interposto pela licitante LUCIANE CORRÊA MENDES, pelas contrarrazões ora expostas, com base no princípio norteador da Licitação Pública, economicidade. Seja mantida a decisão do pregoeiro que habilitou e classificou a licitante Josiane Pocidonio Pereira EIRELI – EPP”

IV. DA ANÁLISE

16. Considerando os argumentos apresentados pela empresa **LUCIANE CORRÊA MENDES**, assim como a defesa apresentada pela empresa JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP.

17. Ressalto que, durante a sessão pública do PE 244/2022, as empresas foram instadas a se manifestarem a respeito da especificação dos itens. Diante disso, a empresa JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP se manifestou no sentido de que o produto atenderia às exigências editalícias. Além do mais, a análise técnica da Secretaria requisitante aprovou os produtos ofertados pela empresa vencedora dos itens 7 e 8, através de laudo circunstanciado.

18. A empresa JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP, instada a se manifestar a respeito do recurso apresentado pela recorrente garante que seu produto atende ao solicitado e que o preço praticado é exequível, alegando o afastamento da possibilidade de inexequibilidade do objeto.



Comissão de Pregão II

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

19. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa LUCIANE CORRÊA MENDES no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 244/2022, e no mérito, NEGOU PROVIMENTO, e opto pela manutenção do julgamento anteriormente proferido, adjudicando os itens 7 e 8 à empresa JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP, no Pregão em comento.

20. Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 244/2022.

21. Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 23 de fevereiro de 2023.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870